

## ATA DA 11ª REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR DO FUNDO SETORIAL MINERAL – CT-MINERAL

**Data:** 22 de novembro de 2004

**Horário:** das 09:00h às 13:00h

**Local:** Ministério da Integração Nacional, Esplanada dos Ministérios, Bloco E – Sala de Reunião do 6º andar – Brasília/DF

### 1 – PRESENTES

#### 1.1– Membros do Comitê Gestor

Francelino Lamy de Miranda Grando - Presidente do Comitê e Representante do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)

Giles Carriconde Azevedo – Representante do Ministério de Minas e Energia (MME)

José Mendo Mizael de Souza – Representante do Setor Produtivo

Michel Chebel Labaki Junior – Representante da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP)

Miguel Antônio Cedraz Nery – Representante do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM) – Órgão Regulador

#### 1.2 – Equipe técnica e convidados

Aldo Pinheiro da Fonseca - MCT/SETEF

Carlos Nogueira da Costa Junior – MME/SGMTM

Diocles Paes e Leme – CNPQ/DPH/COCQG

Eliana da S. Soares de Lara - MCT/SETEF

Elzivir Azevedo Guerra – MCT/SEITEC

Jacob Teubl - FINEP

José Donizetti Freire – CNPQ/DPH/COCQG

Rita Rodrigues de Assunção - MCT/SEFET

#### 1.3 – Ausências

Manoel Barral Netto – Representante do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Umberto Giuseppe Cordani – Representante da Comunidade Científica

### 2– PAUTA DA REUNIÃO

1 - Abertura

2 - Aprovação de Atas

3 - Situação geral do Fundo – implementação das ações autorizadas em 2004, projetos contratados e outros aspectos relevantes da execução – Exposição das Agências FINEP e CNPq;

4 – Situação orçamentária – Orçamento de 2004, recursos comprometidos e saldos para novas aplicações em 2004;

5 – Planejamento das ações – propostas das ações transversais;

6 – Outros assuntos.

### 3 – ANDAMENTO DA REUNIÃO

#### 3.1 – Abertura

O Presidente do Comitê Gestor, Dr. Francelino Lamy de Miranda Grando, procedeu a abertura da reunião saudando a todos e enfatizando que esta reunião marca finalmente a chegada da normalidade, ou seja, realização de planejamento de ações, Plano Anual de Investimentos, calendários de reuniões e deliberações no ano fiscal anterior ao de execução.

O Presidente do Comitê Gestor ressaltou que a presente reunião tem como objetivo receber os relatos tradicionais das agências sobre as ações de 2004 e anos anteriores, apresentar o comprometimento, os saldos remanescentes, a disponibilidade orçamentária e o saldo de recursos financeiros disponíveis para o ano de 2005 e colher as sugestões dos membros desse Comitê sobre as ações específicas e transversais do CT Mineral. Essas sugestões serão compiladas e encaminhadas ao Comitê de Coordenação dos Fundos Setoriais, que as apreciará na reunião do próximo dia 07 de dezembro.

#### 3.2 Aprovação de Atas

##### – Aprovação da Ata da 9ª Reunião do Comitê Gestor

O Presidente submeteu a Ata da 9ª Reunião para aprovação, lembrando que a mesma já havia sido enviada através do correio eletrônico. A Ata foi aprovada sem qualquer correção.

##### – Aprovação da 10ª Reunião do Comitê Gestor

A Ata da 10ª Reunião foi submetida à apreciação do Comitê Gestor, sendo aprovada, sem qualquer correção, por unanimidade.

#### 3.3 – Situação Geral do Fundo Setorial Mineral

##### 3.3.1 - Exposição da FINEP

Dr. Jacob Teubl, Técnico da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), informou sobre as ações executadas com o orçamento de 2004 no valor de R\$ 2.900.000,00 (dois milhões e novecentos mil reais) e também as ações do ano de 2003 que por algumas dificuldades não foram executadas naquela época e sim com os recursos de 2004. Disse que todas etapas concernentes à implementações das ações a serem executadas pela FINEP do Plano Anual de Investimentos de 2004, foram cumpridas e estão sendo encaminhadas para a Diretoria da FINEP para aprovação. A apresentação se encontra no anexo I.

O Presidente, Dr. Francelino Grando esclareceu, que segundo determinação do Ministro Eduardo Campos na última reunião do Comitê de Coordenação de Fundos Setoriais, as encomendas serão aprovadas até o dia 24 de novembro e contratadas, no máximo, até o dia 10 de dezembro.

O Dr. Elzivir Guerra, técnico do MCT, informou que, além das ações apresentadas pelo Dr. Jacob Teubl, há adicionalmente outras ações em execução pela FINEP referentes ao CT Mineral. Como exemplo citou o projeto da ADIMB de 2001 “Caracterização de Depósitos Minerais em Distritos Mineiros da Amazônia”, objeto do Convênio 23.01.0607.00 firmado entre a FINEP e a ADIMB, que está em execução e que as duas últimas parcelas financeiras desse projeto ainda estão sendo liberadas.

O Presidente abriu a palavra aos Membros do Comitê para eventuais comentários.

Dr. Giles Azevedo comentou que o objetivo principal dos Fundos é ser um instrumento de inovação de desenvolvimento de tecnologia para o país nas diferentes áreas, mas também um dos objetivos deles era de ser um instrumento ágil, um instrumento rápido de desenvolvimento dos projetos. E por diversos fatores isso não vem acontecendo. Na opinião dele deveria ser feita uma radiografia da situação, detectar os gargalos e a partir daí discutir mecanismos para que o Fundo venha a cumprir efetivamente o seu objetivo, ágeis na liberação dos recursos e no encaminhamento dos projetos.

Dr. Michel Labaki agradeceu a observação do Dr. Giles Azevedo e informou que a FINEP preocupada com essa situação de prazos em relação aos Fundos Setoriais, fez um diagnóstico do porque desses atrasos e a partir daí foram tomadas algumas medidas internas sérias, para uma agilidade maior, cujo resultado tem sido positivo e se for do interesse do Comitê, na próxima reunião ele se propõe apresentar o resumo dessas providências. O Presidente acatou a proposta.

Dr. Miguel Nery solicitou esclarecimento sobre a eventualidade de algum projeto não ser contratado no prazo determinado, se haveria algum mecanismo de garantir os recursos para execução das ações aprovadas no orçamento 2004 do CT-Mineral. O Presidente informou que por determinação do Ministro não haverá internalização de recursos de 2004 e tão pouco haverá restos a pagar para o ano seguinte.

### 3.3.2 – Exposição do CNPq

Prosseguindo a reunião o Presidente passou a palavra ao Técnico do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Dr. José Donizetti, que mostrou inicialmente um quadro geral dos recursos financeiros de todas as ações do CT Mineral implementadas pelo CNPq de 2001 até 2006. Em seguida, relatou sobre as ações de 2004 do CT Mineral que foram executadas pelo CNPq. Com relação às ações em execução pelo CNPq que terão influência sobre o orçamento disponível de 2005, foi apresentado um saldo de R\$ 98.979,80 (noventa e oito mil e novecentos e setenta e nove reais e oitenta centavos) no item de bolsas e de R\$ 12.572,10 (doze mil e quinhentos e setenta e dois reais e dez centavos) no item de fomento. O saldo do item de bolsas foi proveniente do fato que o número de bolsistas propostos ter sido menor do que o planejado no Edital CT-Mineral/MCT/CNPq –Nº 027/2004 – Seleção de Pública de Propostas para apoio de Projetos de Pesquisa e Formação de Recursos Humanos para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Exploração Geológica da Região da Amazônia Brasileira, devendo ser subtraído da repercussão desse Fundo para o ano de 2005. A apresentação se encontra no anexo II.

Após a exposição do CNPq, o Presidente franqueou a palavra aos Membros para comentários. Dr. Giles Azevedo questionou sobre a solicitação do Comitê Assessor de Avaliação de propostas de projetos do Edital CT – Mineral/ MCT/CNPq - Nº 027/2004 de ratificação pelo Comitê Gestor do CT – Mineral da proposta de alteração do número de projetos aprovados de um para o número necessário à totalização do valor de recursos para o referido Edital. Foi lembrado que essa solicitação tinha sido aprovada por unanimidade pelos membros do Comitê Gestor, através de consulta eletrônica, e ratificada pela manifestação dos membros presentes do Comitê. Foi também ratificado os critérios de seleção e julgamento para os Editais implementados pelo CNPq no ano de 2004, no sentido de atender às atribuições legais do Comitê Gestor do Fundo Setorial Mineral.

O Dr. José Mendo Mizaél de Souza também colocou a preocupação de que a comunidade do setor mineral seja devidamente informada pelo Comitê Gestor do Fundo Setorial Mineral da existência da demanda, do interesse em atendê-la, da capacidade real de atendê-la e de liberação de recursos em tempo hábil para executá-la, pois muitas vezes, no passado, ações meritórias foram frustradas por incapacidade ou impossibilidade dos agentes executores liberarem os recursos conforme os cronogramas tinham sido acordados. Propôs convidar o Geólogo Gabriel Guerreiro para fazer apresentação para o Comitê Gestor sobre as prioridades regionais e pontos cruciais da cultura local do setor mineral na região da Amazônia brasileira.

### 3.4. Situação Orçamentária

O Presidente solicitou ao Dr. Michel Labaki representante da FINEP, para apresentar a projeção de disponibilidade financeira e a projeção de comprometimento para os recursos de 2005. Dr. Michel Labaki informou que o saldo disponível estimado para o ano de 2005 é de R\$ 4,12 milhões (quatro milhões e cento e vinte mil reais).

Dr. Aldo Fonseca confirmou a informação do Dr. Michel Labaki, detalhando que existe uma proposta orçamentária tramitando no valor de R\$ 6,35 milhões (seis milhões e trezentos e cinquenta mil reais). Desse valor, foram destinados R\$ 130 mil (cento e trinta mil reais) para despesas de administração, R\$ 310 mil (trezentos e dez mil reais) para despesas operacionais e R\$ 1.780 milhões (um milhão e setecentos e oitenta mil reais) para despesas comprometidas com projetos em andamento aprovados em 2004 e anos anteriores, os quais deverão ser subtraídos da proposta orçamentária de 2005. Portanto, o saldo disponível estimado para novas ações no ano de 2005 é de R\$ 4.120 milhões (quatro milhões e cento e vinte mil reais). Tabela consta do anexo III. Foi distribuído para informação Tabela com o Plano Anual de Investimentos de 2004 do Fundo Setorial Mineral, que se encontra no Anexo IV.

### 3.5 – Planejamento das Ações

#### 3.5.1 - Propostas de ações específicas

O Presidente solicitou ao Comitê que apresentasse propostas e idéias, com ordens de grandeza, sobre as ações de interesse do Fundo Setorial Mineral.

##### Dr. Miguel Antônio Cedraz Nery

- Caracterização de demanda de matéria prima mineral, principalmente de minerais industriais, bem como o desenvolvimento tecnológico e os aspectos de economia mineral necessários para novos uso e aplicações. Sugeriu que fosse feita encomenda a Universidade Federal do Rio de Janeiro em parceria com o CT, IPT/USP e UNICAMP.
- Desenvolvimento Tecnológico de Georeferenciamento, sobretudo aplicada ao controle de áreas para

concessão de direitos minerários.

- Apoio a eventos técnico-científicos do setor mineral. Sugeriu apoio ao Primeiro Congresso Internacional de Rochas Ornamentais, no montante de R\$ 70.000,00 até 100.000,00, a ser realizado em Guarapari, ES, de 20 a 23 de fevereiro de 2005.
- Estudo diagnóstico do passivo ambiental resultantes de minas órfãs na região carbonífera e de Minas Gerais, .
- Fomento e apoio à participação de técnicos do Governo Federal e profissionais de micro e pequenas empresas de mineração em eventos técnico-científicos do setor mineral, visando à melhoria da capacitação e qualificação desses profissionais.

#### Dr. Giles Carriconde Azevedo

Afirma que é da opinião que algumas ações inovação e desenvolvimento tecnológico, desse ano e de anos anteriores, devem ter continuidade como o caso:

- Projetos Cooperativos que envolvam os Arranjos Produtivos de base mineral, sugerindo a alocação de recursos na ordem de R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais)
- Questão ambiental da mineração.
- Garantir investimentos de recursos, pelo menos nos próximos quatro anos, no Centro de Estudos Geodinâmicos, visando apoiar não somente o programa de recursos humanos através de bolsas, mas também projetos de pesquisa.
- Apoiar através da Rede Brasil de Tecnologia o desenvolvimento e inovação de equipamentos nas diversas áreas do setor mineral, que são atualmente importados.
- Fomentar o desenvolvimento da exploração geológica aplicada à Região da Amazônia Brasileira, como também a formação e fixação de Doutores, visando ao fortalecimento das Instituições de pesquisa e formação de recursos da região.

#### José Mendo Mizael de Souza

- Concordou e enfatizou a proposta do Dr. Giles Azevedo com relação ao fomento do desenvolvimento da exploração geológica aplicada à Região da Amazônia Brasileira, como também da formação e fixação de Doutores e lembrou a necessidade de atendimento da demanda levantada pela Plataforma da Amazônia, coordenada pela ADIMB .
- Zoneamento Econômico Ecológico do Pará com relação às áreas não permitidas à mineração ou dificultadas o seu exercício.
- Estudos técnico-científico com a finalidade de demonstrar a sustentabilidade da mineração na região onde se concentra a mineração no Estado do Pará, a serem desenvolvidos preferencialmente por pesquisadores sediados nos Estados do Pará e Maranhão.
- Arranjos Produtivos Locais de rochas ornamentais e de agregados para construção civil.
- Eventos Internacionais do setor mineral, convidando os membros do Comitê Gestor a estarem presentes ao XI Congresso Brasileiro de Mineração e XI Exposição Brasileira de Mineração, a serem realizados em setembro de 2005, em Belo Horizonte e que os organizadores dos eventos apoiados pelo CT-Mineral apresentassem ao Comitê Gestor as questões mais marcantes do ponto de vista do foco do objeto e do escopo do Fundo Setorial Mineral.
- Desenvolvimento de software que possibilite automaticamente, a partir da demanda de obra civil feita pelo setor público, o cálculo de insumos minerais para sua execução.

#### Diocles Paes Leme

- Apoio a estudos hidrogeológicos e de geologia ambiental.

### **3.5.2 – Propostas de Ações Transversais para 2005**

O Presidente solicitou então aos Membros do Comitê Gestor sugestões para as ações transversais para o plano de investimentos de 2005, as quais deverão ser apresentadas pelo Presidente desse Comitê Gestor ao Comitê de Coordenação dos Fundos Setoriais, no próximo dia 07 de dezembro de 2005. Após, o Comitê de Coordenação dos Fundos Setoriais encaminhará as propostas de ações transversais ao Comitê Gestor do Fundo Setorial Mineral, que analisará e deliberará sobre o tema, dentro das condições legais vigente e resguardando a otimização dos recursos, sobretudo, no sentido de dar visibilidade aos resultados obtidos para a sociedade.

Dr. Aldo Fonseca informou, como subsídio para o CT-Mineral, que há uma crise de propostas e áreas adequadas para a Amazônia como um todo, ou seja, talvez tenhamos oferecido mais dinheiro do que o tempo e articulação permitiriam para apresentação de proposta. Ressaltou que há uma proposta de alocação de recursos, no ano de 2005, na ação transversal C&T Amazônia de aproximadamente de R\$ 20 milhões (vinte milhões de reais) e que o CT-Mineral poderá contribuir para apresentar propostas que sejam

importantes e direcionadas para o desenvolvimento sustentável da região, devido ao potencial mineral da Amazônia.

#### Giles Carriconde Azevedo

- Implantação e ampliação da Rede Nacional de Laboratórios e Estudos Geocronológicos, Geodinâmicos e Ambientais, em parceria com o CT-Petro. Essa Rede está sendo implementada num primeiro momento em quatro universidades e quatro instituições de pesquisa. Mas a idéia é ampliar a participação para outras universidades e abrir o acesso para outras instituições e empresas que apresentem projetos que possam ser implementados pelos laboratórios da Rede, no sentido de gerar sustentabilidade para Rede e democratizá-la para outras instituições.
- APLs de base mineral envolvendo pequenas empresas de mineração.
- Inovação para o desenvolvimento sustentável com base em atividade do setor mineral.

#### Miguel Antônio Cedraz Nery

- Extencionismo e difusão tecnológica envolvendo estudos de identificação das causas de mortalidade do empreendimento mineiro (legislação, tecnológico, matéria prima, gestão gerencial, contábil, capital, mercado) e proposição de ações para superar o grande número de concessões de direitos minerários que efetivamente não se tornam empreendimentos geradores de emprego e renda.

#### Jacob Teubl

- Estudos de utilização da água na mineração e suas conseqüências em parceria com o CT-Hidro e o CT-Aquaviário e de Construção Naval, bem como o desenvolvimento de tecnologia para recuperação e aproveitamentos de finos de efluentes da indústria mineral na produção como matéria prima de agregados para construção civil e para cerâmica, em parceria com o CT-Hidro e o CT-Aquaviário e de Construção Naval.

#### José Mendo Mizaél de Souza

- Estudos de identificação de Zonas Exclusivas de Extração Mineral (ZEEM) em regiões metropolitanas, tais como Salvador, São Paulo e etc. visando resguardar áreas para mineração, principalmente de agregados para construção civil.

### **3.6 – Outros Assuntos**

Dr. José Mendo Mizaél de Souza, Representante do Setor Produtivo, falou sobre o mapeamento de biótopo e uso de imagens no zoneamento econômico e ecológico em municípios de Minas Gerais, concluindo que o impacto ambiental é pequeno em relação às demais atividades econômicas na região. Após comentários a respeito da apresentação do Dr. José Mendo, o Presidente passou a palavra ao Dr. Elzivir Guerra para falar sobre a Rede Brasileira Informação de APLs de Base Mineral, o qual informou que essa Rede é uma iniciativa conjunta da Secretaria de Política de Informática e Tecnologia – SETEC com a Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do MME e a Rede Brasil de Tecnologia/RBT. Surgiu da necessidade que há de intercâmbio, interação e troca de conhecimento, inovação e experiências que vem sendo realizadas dentro dos APLs de base mineral. Essa Rede foi lançada no dia 09 de novembro de 2004 no 1º Simpósio de Tecnologias para APLs de Base Mineral, em Belo Horizonte, MG. Na ocasião foram nomeados provisoriamente os coordenadores dos grupos de discussões. O documento básico da Rede é apresentado no anexo IV.

### **4 – ENCERRAMENTO**

Esgotado a pauta, o Presidente informou que, por orientação do Comitê de Coordenação dos Fundos Setoriais, a próxima reunião do CT Mineral, que terá caráter deliberativo, deverá acontecer no dia 09 ou 14 de dezembro de 2005. O Comitê acordou com a data de 14 de dezembro no horário das 10 às 17 horas.

## 5 – ASSINATURAS

---

Francelino Lamy de Miranda Grando  
Presidente do Comitê e Representante do MCT

---

Giles Carriconde Azevedo  
Representante do MME

---

Manoel Barral Neto  
Representante do CNPq

---

Michel Chebel Labaki Júnior  
Representante da FINEP

---

Miguel Antônio Cedraz Nery  
Representante do DNPM

---

José Mendo Mizael de Souza  
Representante do Setor Empresarial

---

Umberto Giuseppe Cordani  
Representante da Comunidade Científica

**ANEXO I:** Apresentação da FINEP sobre a situação das ações do Fundo Setorial Mineral nos anos 2003, 2004 e anteriores.

**ANEXO II:** Apresentação do CNPq sobre a situação das ações do Fundo Setorial Mineral referentes aos anos de 2001 a 2006.





Ações	Mod	Rec Aprov	2002	2003 inv	2004 comp	2005 compr	2006 comp	Total Inv e comp	Saldo Atual
Projetos CNPq 2001	B	398.617	121.735	147.294	73.278			342.307	56.310
	F	1.747.091	1.537.868	209.223				1.747.091	0
Projetos FINEP 2001	B	930.938	212.467	410.044	187.912			810.422	120.516
Edital Universal	F	540.183		540.183				540.183	0
Prospec Geog Amaz	B	149.957			18.282	31.492		49.774	100.182
	F	299.997		299.997				299.997	0
Fluxo Contínuo (balcão)	F	167.692	100.000	67.692				167.692	0
Projeto GEMAS -RS/FINEP	B	148.188			24.457	50.362	8.394	83.212	64.976
Mitig. Impac. Ambiental	F	500.000			492.621			492.621	7.380
Expl. Geol. Amazonia	F	540.000			534.807			534.807	5.193
	B	550.000				249.880	201.141	451.020	98.980
Subtotal	B	2.177.700	334.202	557.338	303.929	331.734	209.534	1.736.736	440.963
	F	3.794.962	1.637.868	1.117.095	1.027.428	0	0	3.782.390	12.572
Total Geral		5.972.662	1.972.069	1.674.433	1.331.357	331.734		5.519.127	453.535

**Edital CT-Mineral/MCT/CNPq 026/2004**  
**Plano de Investimentos 2004 (R\$ 500.000,00)**

rubrica	demanda	projetos recomendados	projetos priorizados	valor edital	saldo
<b>Projetos</b>	<b>77</b>	<b>54</b>	<b>11</b>		
<b>Custeio/Capital</b>	<b>4.129.228,9</b>	<b>2.390.028,8</b>	<b>492.621</b>	<b>500.000</b>	<b>7.379,50</b>

**Edital CT-Mineral/MCT/CNPq 027/2004**  
**Plano de Investimentos 2004 (R\$ 1.090.000,00)**

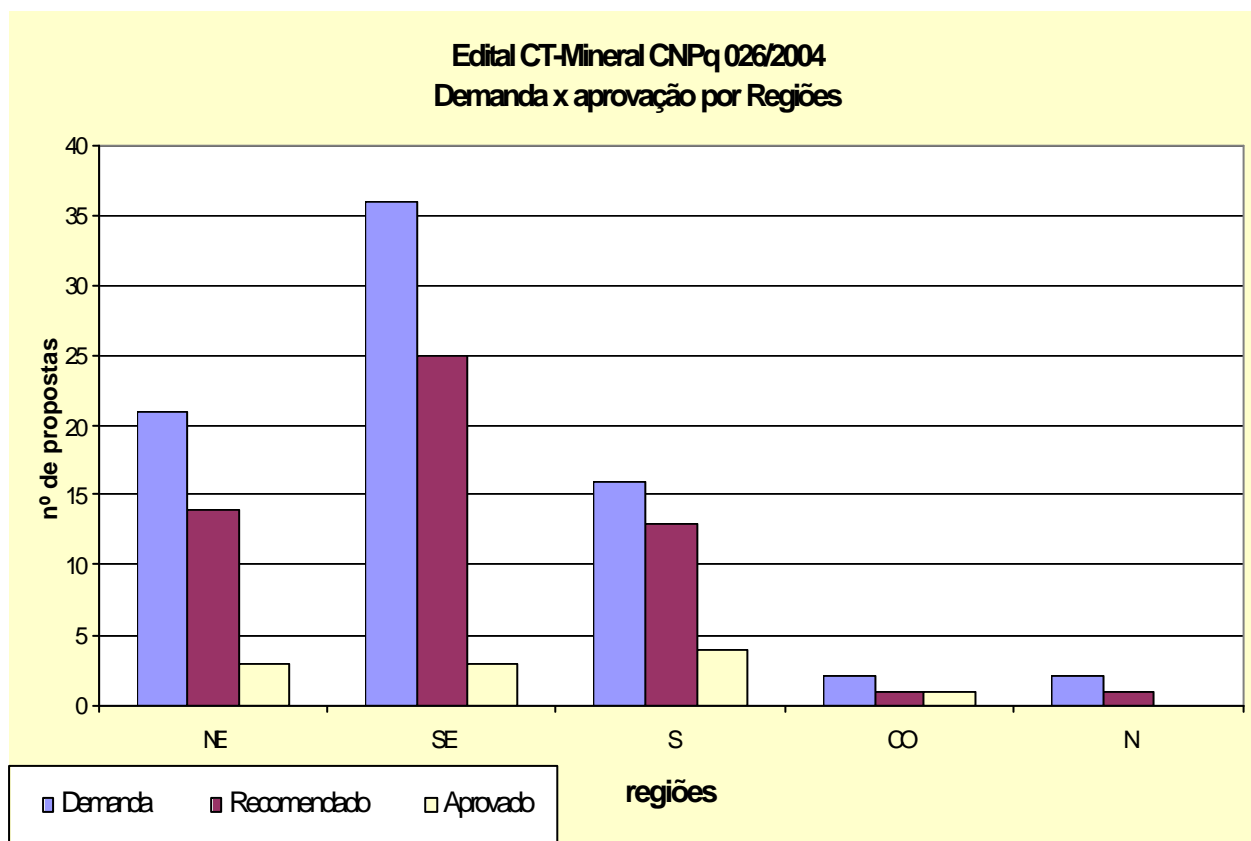
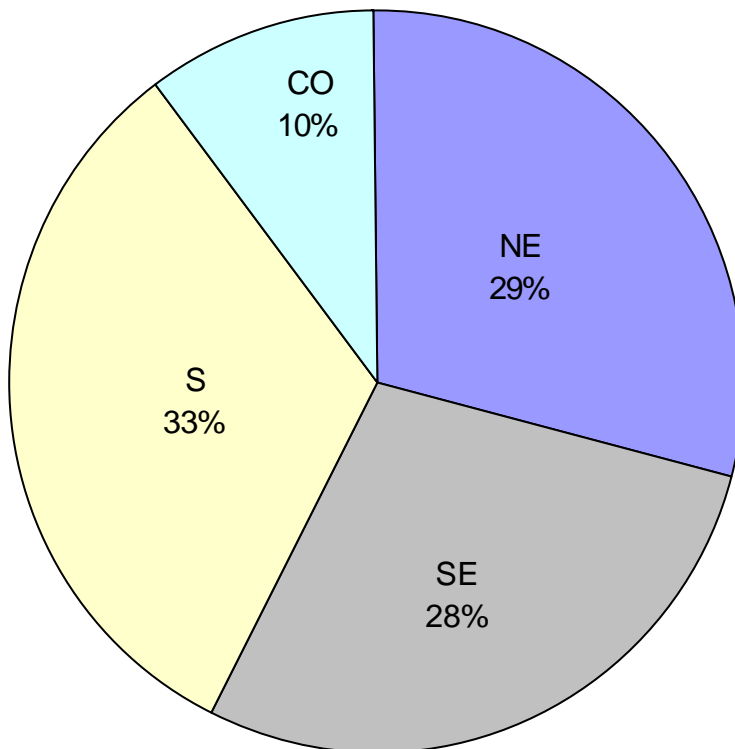
**Linha de Ação I (custeio/capital e bolsas)**

rubricas	valor previsto no edital	demanda	recom	projet prior	saldo
		<b>9</b>	<b>7</b>	<b>4</b>	
<b>custeio/capital</b>	<b>540.000,00</b>	<b>1.022.416,9</b>	<b>918.934</b>	<b>534.807</b>	<b>5.193</b>
<b>bolsas</b>	<b>421.000,00</b>	<b>573.144,0</b>	<b>502.108</b>	<b>402.281</b>	<b>18.719</b>
<b>total</b>	<b>961.000,00</b>	<b>1.595.560,9</b>	<b>1.421.042</b>	<b>937.088</b>	<b>23.912</b>

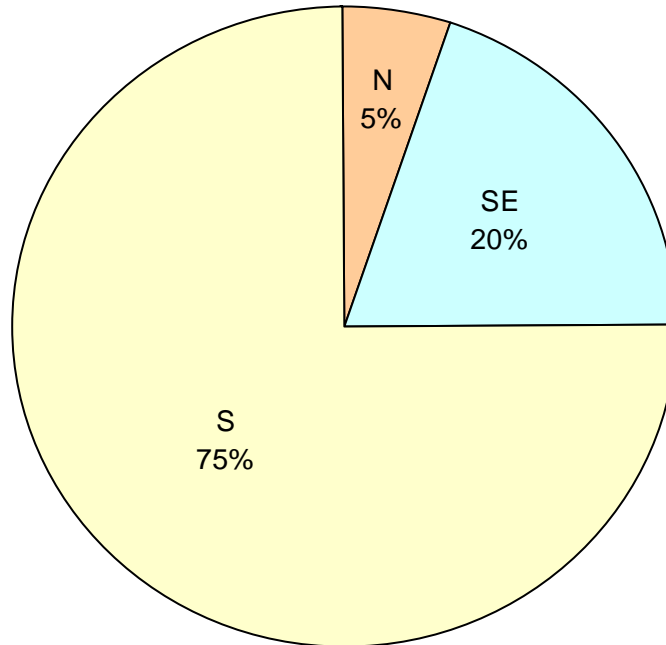
**Linha de Ação II (formação de doutores)**

ANO	período	mensalidade	tx. bancada	meses	n bols	valor a ser aplicado R\$	valor previsto	saldo
2005	mar a dez/05	1.267,00	357,64	10	3	48.739	129.000	80.261
repercussão 2006	jan a dez/06	1.267,00	357,64	12	3	58.487	150.000	91.513
repercussão 2007	jan a dez/07	1.267,00	357,64	12	3	58.487	150.000	91.513
repercussão 2008	jan a dez/08	1.267,00	357,64	12	3	58.487	150.000	91.513
repercussão 2009	jan e fev/09	1.267,00	357,64	2	3	9.748	30.000	20.252
<b>total</b>				<b>48</b>	<b>3</b>	<b>233.948</b>	<b>609.000</b>	<b>375.052</b>

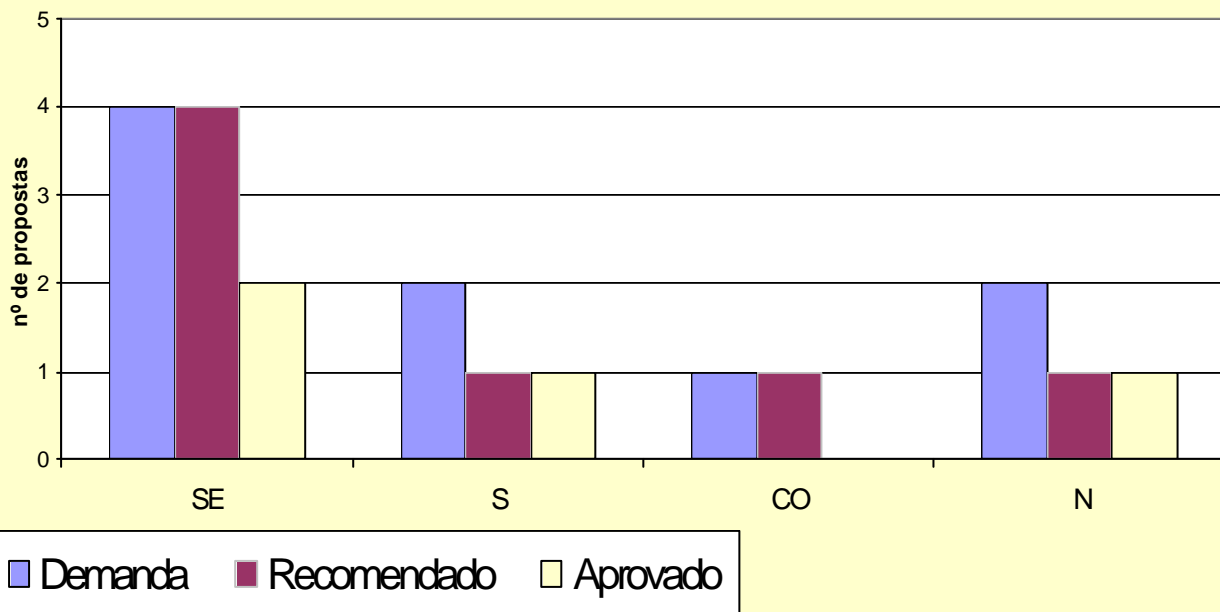
**EDITAL CT-Mineral CNPq-026**  
**Mitigação do Impacto Ambiental da Indústria Mineral**  
**% DOS RECURSOS APROVADOS POR REGIÃO**



**Edital CT-Mineral CNPq-027/2004**  
**Exploração Geológica na Amazônia**  
**% dos recursos aprovados por região**



**Edital CT-Mineral CNPq-027/2004**  
**Demanda x aprovação por Regiões**



**ANEXO III:** Resumo Orçamentário 2005 Apresentado pela SETEF com o Saldo Disponível para Novas Ações.

**FUNDOS SETORIAIS**  
**RESUMO ORÇAMENTÁRIO 2005**  
**Saldo Disponível para Novas Ações (em milhão de R\$)**

FUNDOS	Orçamento Previsto	2% Taxa Adm. FINEP	5% Despesas Operacionais	Despesas Finalísticas Comprometidas para 2005	%	Total Despesas Comprometidas para 2005	%	Saldo Disponível para Novas Ações em 2005	%
CT-MINERAL	6,35	0,13	0,32	1,78	28	2,23	35	4,12	65
<b>TOTAL</b>	<b>6,35</b>	<b>0,13</b>	<b>0,32</b>	<b>1,78</b>	<b>28</b>	<b>2,23</b>	<b>35</b>	<b>4,12</b>	<b>65</b>

<b>CARTEIRA NOVA - AÇÕES AUTORIZADAS EM 2004 - TRANSVERSAIS</b>		
AÇÃO	MINER (mil R\$)	TOTAL (milhão R\$)
APLs	400,00	0,400
	<b>400,00</b>	<b>0,400</b>
<b>CARTEIRA NOVA - AÇÕES AUTORIZADAS EM 2004 - ESPECÍFICAS</b>		
AÇÃO	MINER (mil R\$)	TOTAL (milhão R\$)
Edital -C&T - Amazonas - Metalogenese e Distrito Mineiro	421,00	0,421
Edital - RH - Amazonas - Metalogenese e Distrito Mineiro	129,00	0,129
Encomenda - RH Geodinâmica	550,00	0,550
<b>TOTAL</b>	<b>1100,00</b>	<b>1,100</b>
<b>CARTEIRA ANTIGA- AÇÕES AUTORIZADAS</b>		
AÇÃO	MINER (mil R\$)	TOTAL (milhão R\$)
<b>FINEP</b>	280,00	0,280
<b>CNPq</b>	0,00	-
	<b>280,00</b>	<b>0,280</b>
<b>TOTAL DA CARTEIRA</b>		
AÇÃO	MINER (mil R\$)	TOTAL (milhão R\$)
	1780,00	1,780
	<b>1780,00</b>	<b>1,780</b>

**ANEXO IV:** Plano Anual de Investimentos de 2004 do Fundo Setorial Mineral

<b>Tabela 1: LINHAS DE AÇÕES DO FUNDO SETORIAL MINERAL PARA 2004</b>						
<b>AÇÕES PARA O PLANO ANUAL DE INVESTIMENTOS COM BASE NO ORÇAMENTO DISPONÍVEL DE 2004 DO CT-MINERAL</b>						
Ações	Instrumento	Instituição	Recursos 2004		Repercussão 2005	Subtotal
			(R\$)	(%)	(R\$)	(R\$)
<b>A) Fomento à PC, ao DT e à I do setor mineral</b>			<b>1.640.000,00</b>	<b>56,6</b>	<b>821.000,00</b>	<b>2.461.000,00</b>
Ação 1: PBA Mitigação de impacto ambiental da indústria mineral	Edital	CNPq	500.000,00	17,2		500.000,00
- Aproveitamentos de rejeitos e efluente						
- Prevenção e tratamento de DAMs						
Ação 2: Projetos cooperativos: I C e T e MPMEM APLs (2APLs)	Encomenda	FINEP/CNPq	600.000,00	20,7	400.000,00	1.000.000,00
Ação 3: C e T em expl. geológica da região da Amazônia brasileira	Edital	CNPq	540.000,00	18,6	421.000,00	961.000,00
<b>B) Rede Brasil de Tecnologia</b>			<b>400.000,00</b>	<b>13,8</b>	<b>0,00</b>	<b>400.000,00</b>
Ação 1: Equipamento - substituições de importações	Estudo	Encomenda	FINEP	100.000,00	3,4	100.000,00
	Bens de capital	Encomenda	FINEP	300.000,00	10,3	300.000,00
<b>C) Formação de RH em P&amp;D do setor mineral</b>			<b>60.000,00</b>	<b>2,1</b>	<b>679.000,00</b>	<b>739.000,00</b>
Ação 1: Formação, capacitação, treinamento e qualificação de recursos humanos	Geodinâmicos	Encomenda	FINEP	60.000,00	2,1	550.000,00
	Exploração geológica para Região da Amazônia brasileira	Edital	CNPq		0,0	129.000,00
<b>D) Eventos e estudos técnico-científicos do setor mineral</b>			<b>800.000,00</b>	<b>27,6</b>	<b>0,00</b>	<b>800.000,00</b>
Ação 1: Eventos técnico-científico do setor mineral	Fluxo contínuo	FINEP/CNPq	39.000,00	1,3		39.000,00
Ação 2: Estudos de carac. e est. de APLs	Encomenda	FINEP	300.000,00	10,3		300.000,00
Ação 3: Estudos zoneamento ecológico - econômico (ZEM)	Encomenda	FINEP	461.000,00	15,9		461.000,00
<b>TOTAL</b>			<b>2.900.000,00</b>	<b>100,0</b>	<b>1.500.000,00</b>	<b>4.400.000,00</b>
<b>SITUAÇÃO ATENDENDO COMPROMISSOS ANTERIORES, TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (2%) E DESPESAS OPERACIONAIS (5%) (em R\$)</b>						
Orçamento aprovado para o CT-Mineral para 2004						5.000.000,00
Taxa de administração da FINEP (2 %) e despesas de operacionais (5%) (situação em 03 DE JUNHO DE 2004)						350.000,00
Orçamento disponível para contratação de convênios do CT-Mineral para 2004 segundo a FINEP (situação em 03 DE JUNHO DE 2004)						4.650.000,00
Total Comprometido para 2004 devido aos compromissos assumidos conforme informação da FINEP (situação em 15 de JUNHO DE 2004)						1.750.000,00
Saldo para contratação de projetos em 2004 (10. Reunião ordinária do Comitê Gestor do Fundo Setorial Mineral, em 14 de julho de 2004)						2.900.000,00
Total da incorporação das ações de Estudos de carac. e estr. de APLs de base mineral e Estudos ambientais apl. à sustentabilidade da extração mineral e à contribuição à criação das ZEEM						761.000,00
Saldo para contratação de novos projetos em 2004 (10. Reunião ordinária do Comitê Gestor do Fundo Setorial Mineral, em 14 de julho de 2004)						2.139.000,00
Repercussão para o orçamento de 2005 ficou estabelecida em no máximo 50 % de R\$ 3.000.000,00 (Saldo para contratação de projeto em 2004 - 10. Reunião ordinária do Comitê Gestor do Fundo Setorial Mineral, em 14 de julho de 2004)						1.500.000,00



**ANEXO V:** Documento Básico da Rede Brasileira de Informação de APLs de Base Mineral.

# **Lançamento da Rede Brasileira de Informação de Arranjos Produtivos Locais (APLs) de Base Mineral**

**Coordenação e Promoção: MCT/SEITEC e MME/SMM.**

## **1. Introdução**

Desde o início de sua operação os fundo setoriais, notadamente o Fundo Setorial Mineral e Fundo Verde Amarelo, bem como, a Secretaria de Minas e Metalurgia do Ministério de Minas e Metalurgia e a Rede Brasil de Tecnologia (RBT) - MCT vêm apoiando diversos projetos relacionados aos arranjos produtivos de base mineral.

A partir desse fato sentiu-se a necessidade de sistematizar e organizar as interações dos agentes relacionados a aglomerações produtivas e arranjos produtivos locais (APLs), públicos ou privados, em especial associações e cooperativas de produtores, associações de classe, federações e confederações empresariais, sindicatos de trabalhadores e patronais, universidades e centros de pesquisa científica, tecnológica e inovação, agências de fomento e desenvolvimento, instituições de crédito e organizações do terceiro setor envolvidas com o desenvolvimento de APLs de base mineral, em uma rede de informação nacional de arranjos produtivos locais de base mineral visando ao intercâmbio e à disseminação de conhecimento tácito e sistêmico, difusão e popularização de boas práticas e gestão tecnológica, de modo a contribuir para o desenvolvimento de competência nacional nesta área e a promover a sinergia de esforços em solução de problemas comuns aos participantes.

## **2. Finalidade**

A Rede Brasileira de Informação de Arranjos Produtivos Locais (APLs) de Base Mineral, formada por instituições de governo, da comunidade científica e tecnológica, do setor produtivo e por coordenadores e lideranças envolvidas no desenvolvimento e promoção desses APLs, tem como objetivo intercambiar, interagir e trocar informações e conhecimentos entre os participantes, sensibilizar, mobilizar, debater, elaborar e propor propostas sobre os seguintes aspectos e temas, que subsidiem a elaboração de políticas públicas e otimizem:

- métodos de identificação e caracterização de APLs de base mineral;
- gestão e governança de APLs de base mineral, sendo considerado a gestão como algo mais específico às atividades desenvolvidas no APL e a governança como o relacionamento entre as diversas instituições envolvidas no APL;
- métodos de desenvolvimento (planejamento e estruturação), sistema de avaliação e acompanhamento de APLs de base mineral;
- mecanismos de inserção, transferência e divulgação de tecnologias e inovação para micros, pequenas e médias empresas (MPMEs) de base mineral organizadas em APLs;
- novas modalidades de crédito para o setor mineral e micros, pequenas e médias empresas (MPMEs) de base mineral organizadas em APLs;
- formalização do setor (legislação minerária, ambiental, trabalhista e tributária);
- associativismo e cooperativismo; e
- capacitação para gestores de APLs e facilitadores de processo.

## **3. Estabelecimento da rede**

A Rede será constituída inicialmente através de convite prévio aos colaboradores. A proposta inicial de estrutura de organização da Rede é uma Coordenação Geral, um Comitê de Coordenação da Rede e de Grupos de Discussões.

A página da Internet da Rede Brasil de Tecnologia do Ministério da Ciência e Tecnologia abrigará virtualmente a rede de informação.

A Coordenação Geral da Rede será exercida por representantes da Secretaria de Política de Informática e Tecnologia do Ministério da Ciência e Tecnologia e da Secretaria de Minas e Metalurgia do Ministério de Minas e Energia. A função principal dessa Coordenação é administrar a introdução de informações e

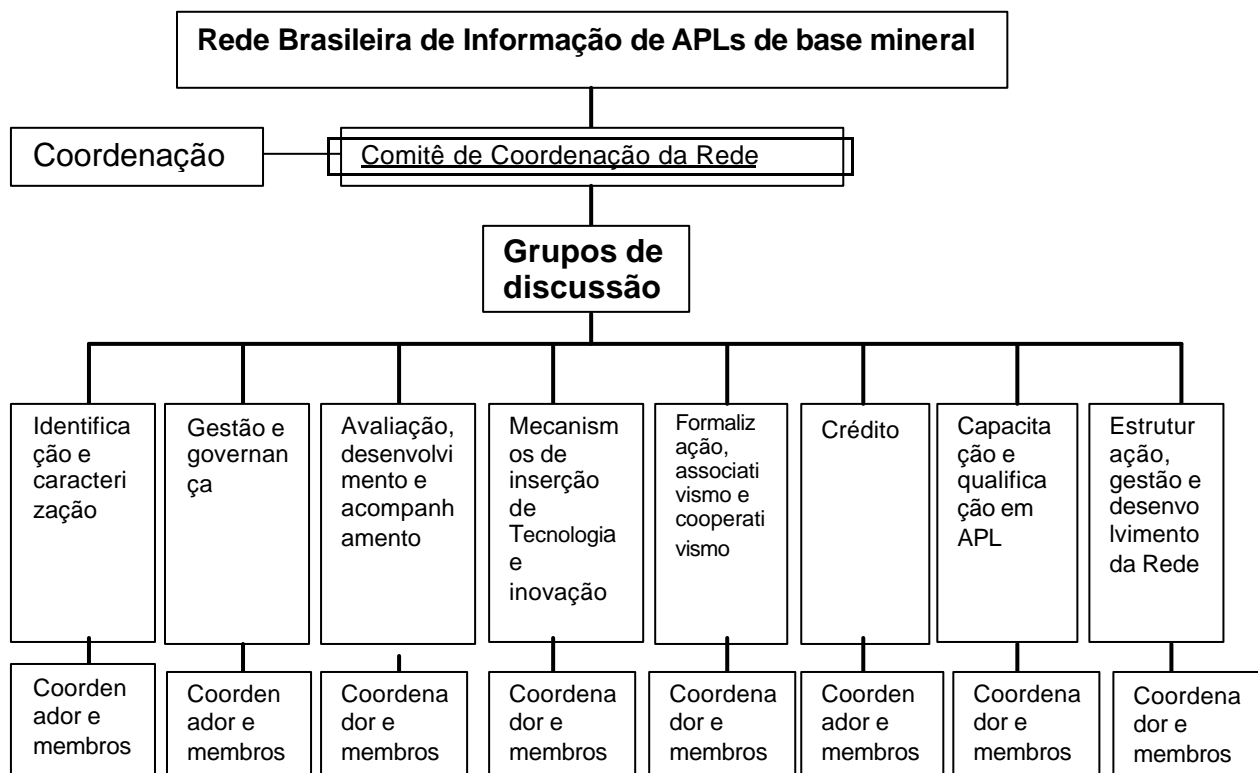
notícias, dar suporte logístico, manter atualizada e em funcionamento o portal da rede de informação e agendar eventos virtuais e presenciais.

Em sua fase inicial, pretende-se a implementação de Grupos de Discussões em temas que se encontram com maior carência de definição para a comunidade relacionada aos APLs de base mineral, sendo que Grupos de Discussões adicionais poderão ser implantadas paulatinamente. Assim inicialmente a Rede prevê a implementação de 8 Grupos de Discussões:

- identificação e caracterização de APLs, que são trabalhos preliminares à operação do fomento do APL;
- gestão e governança de APL;
- metodologia de avaliação e acompanhamento e da auto-avaliação dos trabalhos em curso e dos efeitos sobre a dinâmica do APL bem como sobre o desenvolvimento dos trabalhos junto ao APL;
- mecanismos de inserção, transferência e divulgação de tecnologias e inovação em APLs de base mineral;
- formalização do setor, associativismo e cooperativismo;
- crédito;
- capacitação e qualificação em APL; e
- estruturação, gestão e desenvolvimento da Rede.

Cada Grupo de Discussão terá seu Coordenador eleito entre seus colaboradores e elaborará seu regimento interno de funcionamento, com base no regimento geral da Rede.

O Comitê de Coordenação da Rede será constituído pelos Coordenadores Gerais dos Grupos de Discussões e o Coordenador Geral da Rede. A figura 1 mostra esquematicamente a estrutura da rede.



**Figura 1:** Esquema da estrutura da Rede de informação nacional de APLs de base mineral.

Cabe ressaltar algumas características prioritárias da Rede e seus Grupos de Discussões:

- **Abrangência Nacional.** Espera-se que o fomento à rede contribua para a integração de agentes relacionados aos APLs de Base Mineral de todo o país, levando a um resultado coordenado e explorando as sinergias existentes.
- **Promoção do desenvolvimento dos APLs de base mineral.** Espera-se que a rede contemple a participação de APLs de base mineral que estejam nos diversos estágios de estruturação, desde de

incipientes até avançados, que poderão contribuir para a troca de informação e experiência visando a redução desse desnível.

- **Participação de Empresas e Instituições Inovativas.** Um dos objetivos da Rede é propiciar o intercâmbio de informações e discussões sobre as condições competitivas de processos e produtos inovativos de forma mais ampla em relação aos APLs de base mineral, incluindo a inovação conhecida, mas que não está sendo usada ou pouco usada no APL, como também inovações incrementais que são de grande importância, principalmente, para o micro e pequenos mineradores, e que normalmente não costuma ser pensada como inovação. Para tanto, os objetivos da Rede deverão contemplar a participação de empresas e instituições que estejam relacionadas à cadeia de conhecimento abrangendo a pesquisa, desenvolvimento, protótipos, tecnologia de produção, economia de mercado, engenharia de produtos, etc. Nesse contexto é bem vinda e necessária a participação de empresas privadas na Rede, que trarão aporte de competências que extrapolam o ambiente acadêmico e podem contribuir para uma inserção mais rápida das inovações no mercado.
- **Propriedade intelectual.** A formação da rede, com a participação de empresas privadas, levará a necessidade de um maior cuidado nas questões relativas à propriedade intelectual, devendo esse assunto ser normalizado formalmente.

#### 4. Implantação da rede

A formação da Rede se dará a partir da coordenação e promoção pela Secretaria de Política de Informática do MCT e da Secretaria de Minas e Energia do MME, que se encarregaram da sua montagem inicial e implementação.

Os coordenadores dos Grupos de Discussões participarão de reuniões virtuais ou presenciais com os Coordenadores da Rede. Nessas reuniões haverá um processo gradual de definição de gestão e estrutura da rede de informação. O início desse processo dar-se-á pela informação dos procedimentos de operação e estrutura básicos que serão gradativamente elaboradas ou planejadas com mais detalhes de acordo com as necessidades e o desenvolvimento de cada grupo de discussão.

São previstas as seguintes etapas iniciais para a implantação da Rede:

- Elaboração e instalação inicial de lista de discussões, de acordo com os temas propostos para os grupos de discussões (definição de provedor que abrigará a Rede). O menu da página conterá o seguinte índice: apresentação (objetivos, estrutura e regimento geral), grupos de discussão (Coordenador, participantes, regimento do grupo), cadastro, consulta, biblioteca (publicação, resenha de livros, lista de referência bimensal, artigos, contribuições), notícias, links interessantes e fale conosco.
- Convite prévio para participarem da Rede Nacional de APLs, enviado para instituições que estiveram presentes no Seminário de Políticas Públicas para APLs de base mineral, realizado em 20 e 21 de novembro de 2003, em Brasília, DF, e na reunião prévia realizada durante a I Conferência Brasileira de APLs, no dia 04 de agosto de 2004, em Brasília, DF, bem como, para contatos de lideranças e coordenadores de projetos relacionados com APLs de base mineral.
- Elaboração de texto do plano de formação da Rede, regimento próprio no qual conte mecanismos de gerenciamento para divulgação e para ser entregue no dia do lançamento da Rede.
- Contatos, visitas e levantamento da comunidade nacional envolvida com a temática do Grupo de Discussão específico, inicialmente realizada pela Coordenação Geral da Rede. Espera-se que os Coordenadores dos Grupos de Discussões atualizem e consolidem as informações sobre os participantes e colaboradores e novas adesões de integrantes ao Grupo de Discussão dos agentes da comunidade relacionada à área de APLs de base mineral.
- Haverá diferentes níveis de acesso à adição, remoção e modificação da informação da rede.
- Lançamento da Rede em pré-evento do Simpósio de Tecnologia para APLs de Base Mineral, em Belo Horizonte, MG, no dia 09 e 10 de novembro de 2004.
- Seminários presenciais específicos de cada Grupo de Discussão, com periodicidade a ser definida. São previstos seminários para conhecimento mútuo entre os participantes e apresentação de

sugestões, propostas e planos para desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais de Base Mineral.

- Avaliação da Rede. A Rede deverá estabelecer, em conjunto com os Coordenadores dos Grupos de Discussões e o Coordenador Geral da Rede, os procedimentos e periodicidade de avaliações do andamento da rede de informação. Da mesma forma com relação à definição de diretrizes, estrutura, gestão e desenvolvimento da Rede, bem como, o estabelecimento de metas.
- Estabelecimento de normas de operação e propriedade intelectual da Rede. Esses documentos, deverão ser consolidados de modo a serem únicos para a Rede.

## **5. Sugestões de participantes iniciais:**

### **- Governo Federal**

#### **- Instituições contactadas**

SEITEC/MCT,  
Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social/MCT,  
SMM/MME,

#### *- Instituições a serem contactadas*

CNPq  
FINEP,  
DNPM,  
CPRM,  
MMA,  
MTE,  
MI,  
MDIC,  
BNDES,  
BB,  
CEF  
BNB  
CETEM

### **- Governo Estadual**

- CODECE/SDE - CE
- SECITECE - CE
- SECTES - MG
- SEDAI - RS
- SGM/SIC - GO
- SICM-BA
- SICT - PI
- CBPM - BA
- CDRM - PB
- DRM - RJ
- MINEROPAR - PR
- CETEC - MG
- IPT - SP
- ITEP - PE
- FAPESB - BA
- CAIXA/RS - RS

### **- Coordenadores e liderança dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) de base mineral**

- REDEROCHAS-ES
- APL da Cadeia Produtiva de Gemas e Jóias do Estado do Rio Grande do Sul
- APL de Gemas e Jóias de Minas Gerais
- APL dos Pegmatitos do Rio Grande do Norte e Paraíba - RN/PB

- APL da Rocha Sabão/MG
- APL de Rochas Ornamentais de Santo Antônio de Pádua – RJ
- APL de Rochas Ornamentais de Cachoeiro de Itapemirirm e Nova Venécia -ES
- APL de Bege Bahia – BA
- APL do Calcário Cariri –CE
- APL de Quartzito de Pirenópolis e Cocalzinho – GO
- APL de Quartzito de São Tomé das Letras – MG
- APL de Ardósia de Papagaios – MG
- APL da Gipsita e do Gesso do Araripe – PE
- APL de Cerâmica de Revestimento de Rio Claro/Santa Gertrudes – SP
- APL de Cerâmica de Revestimento de Criciúma - SC
- APL de Talco de Castro - PR
- APL de Opala do PI – PI
- APL de Cerâmica Vermelha (argilas) de Russas – CE
- APL de Sal marinho de Mossoró – RN
- APL de Bentonita - Campina Grande - PB
- APL de Cerâmica Vermelha Itu – SP
- APL de Cerâmica Vermelha de Campos -RJ
- APL de Cerâmica Vermelha de Monte Carmelo - MG
- APL de Cerâmica Vermelha de Canelinha - SC
- APL de Calcário-Cal-Corretivos de Almirante Tamandaré/PR
- APL de Calcário-Cal de Arcos - MG
- APL de Areia de Seropédica - RJ
- APL de Rochas Ornamentais de Nova Prata – RS
- APL de Calcário-Cal-Corretivos de Castro - PR
- APL de Areia Industrial de Descalvado - SP
- APL de Areia de Tremembé – SP
- APL de Cerâmica Vermelha de Parelhas - RN-PB
- IBGM
- ASPROLARNO – CE
- AMIST – MG
- AMP – RN
- ARMIL -RN
- COPERÁGATA – RS
- COOGAMAI – RS
- COOPEDRA - RS
- UNIMINAS – RN
- CETEMAG – ES
- IEL/FIEMG - MG
- SEBRAEstadoRN
- SEBRAEstadoPB
- SEBRAEstadoCE
- SEBRAEstadoPI
- SEBRAEstadoPE
- SEBRAEstadoRJ
- SEBRAEstadoRS
- SENAI/PB
- SENAI/RN
- SENAI/RS
- Fundação Araripe
- Fundação Alexander Brandt Meio Ambiente – MG
- ABIROCHAS

- ANEPAC
- SINDIROCHAS – ES
- AJORSUL – RS
- SINDIJÓIAS – RS
- SINDIPEDRAS - RS
- SINDUSGESSO - PE
- SINCREDI/RS - RS
- Universidades e Centros de Ensino e Pesquisa
  - UFBA
  - UFCG
  - UFMG
  - UFOP
  - UFPB
  - UFPE
  - UFRJ
  - UFRGS
  - UFRN
  - CENTEC/Juazeiro do NortestadoCE
  - CEFET/RN
  - UNIVATES
  -

## **6. Sugestões**

Data:

Local:

Nome: